



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 024 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democrata		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
Democrata	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democrata** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 024

23ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Memorando 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 06

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 07

Liderança do Partido Democrata

Dep. Plauto Miró..... 08

Liderança do Governo

Dep. Luiz Cláudio Romanelli08

Visitante:

Dep. Hermínio Resende (Ceará)09

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 10

Discussão / Votação:

Redação Final 10

2ª Discussão 10

1ª Discussão 10

Requerimentos 12

Encerramento da Sessão15

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 15

Diretoria Geral

Portarias 15

Atas de Comissões

Redação 16

Agricultura..... 16

Ecologia e Meio Ambiente 17

DIÁRIO Nº 024

23ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

09 DE ABRIL DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Chico Noroeste, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Edson Strapasson e Pedro Ivo (08).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Geraldo Cartário, Rui Hara e Teruo Kato (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o n° 261/07 do Sr. Desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, Relator do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, fotocópia do Acórdão n° 7782 do c. Órgão Especial do referido Tribunal, proferido nos autos de Queixa Crime n° 347753-2, em que figura como Querelante: Antônio Wandscheer e Querelado: Geraldo Cartário Ribeiro. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO N° 070/07

Curitiba, em 09 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência das Sessões Plenárias de hoje - 09/04/07, à próxima quinta-feira - 12/04/07, por continuar convalescendo de uma intervenção cirúrgica, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos, nesses dias.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicação

INDICAÇÃO N° 060/07

Exmo. Sr. Secretário Estadual da Saúde:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para solicitar:

1. Equipamentos de UTI para o Hospital Nossa Senhora da Saúde, no Município de Santo Antonio da Platina.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz urgente, pois existe instalação adequada e preparada para receber uma UTI, depen-

dendo tão somente da aquisição dos equipamentos próprios para a unidade.

Memorando

MEMORANDO

Informo aos Srs. Deputados que já foi constituída a Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno e que está aberto o prazo de vinte dias para apresentação de emendas.

As emendas poderão também ser apresentadas no protocolo Geral da Assembléia.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(aa) MESA EXECUTIVA

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 751

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 189/07, que altera os dispositivos que especifica da Lei n° 14277, de 30 de dezembro de 2003, que cria a 2ª Vara na Comarca de Irati.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 190/07, que altera os dispositivos que especifica da Lei n° 14277, de 30 de dezembro de 2003, criando uma Vara de Execuções Penais e Corregedoras dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 744

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER as seguintes informações a SANEPAR sobre coleta, tratamento e destinação final de lodos de esgoto no Paraná.

- Quais os planos da SANEPAR em relação a este assunto?

- Os contratos com os municípios, no que se refere a questão do lodo, estão sendo respeitados?

- Quais os projetos para os passivos ambientais acumulados pela SANEPAR?

- Qual o teor do contrato entre a SANEPAR e a EMATER?

- O programa de distribuição de lodos de esgoto da EMATER-PR está atendendo à legislação federal vigente?

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária para que possamos cotejar as informações da SANEPAR com as obtidas extra-oficialmente, para que se possa concluir sobre o trabalho fundamental de nossa tão importante SANEPAR.

REQUERIMENTO N° 745

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER as seguintes informações a SANEPAR sobre o contrato com o Município de Curitiba, referente à coleta de esgoto.

- Os contratos estão sendo cumpridos integralmente no que se refere à questão da coleta, tratamento e destinação final do lodo do esgoto?

- Quem é o responsável pela fiscalização destes contratos?

- Quem é o novo gestor do contrato?

- Qual o diagnóstico que o gestor anterior do contrato fez da situação?

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária para que possamos cotejar as informações da SANEPAR com as obtidas extra-oficialmente, para que se possa concluir sobre a qualidade do trabalho realizado na área de saneamento ambiental.

REQUERIMENTO N° 746

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER explicações sobre os aditivos com a empresa Envitec.

- Quantos termos aditivos, a SANEPAR assinou para a Envitec nos anos de 2005, 2006 e 2007?

- Qual a justificativa para estes aditivos?

- A Envitec resolveu o problema do lodo de acordo com a resolução CONAMA?

- A empresa Projesan resolveu esta mesma questão? Por quê?

- Porque o contrato de sessenta meses com a Projesan foi interrompido?

- Quais as semelhanças e diferenças entre os contratos da SANEPAR com as empresas Envitec, Projesan, Bravak e EGC?

- Qual o destino dado atualmente ao lodo do esgoto?

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária para que possamos cotejar as informações da SANEPAR com as obtidas

extra-oficialmente, para que se possa concluir sobre a qualidade do trabalho realizado na área de saneamento ambiental.

REQUERIMENTO N° 747

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER informações como: quais os parâmetros parasitológicos no lodo caído da estação de tratamento do esgoto Belém?

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal questionamento se faz necessário, devido à preocupação com os parâmetros que podem estar acima do máximo, não representando de riscos de cisticercose.

REQUERIMENTO N° 748

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvir o douto Plenário, REQUER autorização da Mesa Executiva para a utilização do Salão Nobre desta Casa, no dia 18 de junho de 2007, a partir das 14h00 - Dia do Imigrante Japonês - o qual será utilizado para as comemorações da referida data.

Estarão presentes autoridades japonesas e representantes das Colônias Nipo-Brasileiras de todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 738

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER, após a manifestação do douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao jornal Cambé de Fato, que está comemorando, com muito sucesso, seu 2° aniversário de fundação. Comandado pelo jornalista Carlos Alberto Cavalli, o jornal participa ativamente do desenvolvimento de Cambé, uma das mais importantes cidades paranaenses. Cambé de Fato traz diversificado noticiário e, neste curto tempo de existência já consolidou um público leitor de milhares e milhares de pessoas. Esse veículo passou a integrar o círculo dos jornais mais respeitados em nosso Estado, orgulhando a imprensa brasileira.

Requeiro, ainda, que se dê ciência da decisão desta Casa de Leis aos jornalistas Carlos Alberto Cavali e Luiz César Lazari, com votos de permanente sucesso.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmas, pela passagem, no próximo dia 14 de abril de 2007, de seus 128 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo Sr. João de Oliveira, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Francisco Acioli Ribas, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmas.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Rendemos nossa homenagem e manifestamos a nossa gratidão a toda população de Palmas, que continua dando sua parcela de contribuição em favor do bem comum.

As conquistas alcançadas pelo Município, em parceria com o Governo Estadual, dão provas de que com trabalho e dedicação tudo se consegue.

O Município de Palmas que é privilegiado com a administração segura do Prefeito João de Oliveira e sua eficiente equipe de trabalho, merece todo o nosso respeito e admiração.

No planejamento dos serviços que serão prestados à zona rural, deve-se levar em conta a possibilidade de união de regiões, com o objetivo de dotá-las de equipamentos e serviços que isoladamente não poderiam ser proporcionados às populações dispersas.

O Município de Palmas serve de elemento catalisador da ação da comunidade rural e de ligação entre liderança rural e os organismos públicos. O Prefeito e Vereadores, por sentirem de perto as aspirações da gente do campo, serão capazes, no exercício de seu papel de agentes políticos, de conduzir esforços e reivindicações, mediante contatos com autoridades federais e estaduais.

O Prefeito - ou o Vereador - representa a via de acesso mais eficaz para a condução dos problemas rurais a outros níveis de Governo, pois dispõe de um potencial de atendimento das necessidades.

Na significativa data da comemoração dos 128 anos de emancipação política de Palmas, queremos através desta proposição, transmitir às autoridades e ao povo em geral, nossos sinceros votos de muito sucesso.

REQUERIMENTO Nº 740

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Porto Rico, pela passagem, no próximo dia 21 de abril de 2007, de seus 43 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Walter Romão de Oliveira, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Evaristo Ghizzone Volpato, bem como a todos os Srs. Vereadores, para

que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Porto Rico.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data de comemoração do 43º aniversário da emancipação política de Porto Rico, queremos, através desta proposição, transmitir às autoridades e ao povo em geral, nossos votos de muito sucesso.

Rendemos a nossa homenagem e manifestamos nossa gratidão a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, prestam valiosa colaboração para o desenvolvimento do município e o bem-estar de sua população.

As conquistas alcançadas pelo município, em parceria com o Governo Estadual, dão provas de que é com muito trabalho e esforço que se obtém o resultado esperado, pois, o município de Porto Rico é privilegiado por contar com a administração segura e competente do Prefeito Walter Romão de Oliveira e sua magnífica equipe de trabalho.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em parabenizar toda a população de Porto Rico na significativa data da comemoração de seus 43 anos.

REQUERIMENTO Nº 741

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à empresária Sheila Rigler em razão da premiação Mulher Empreendedora 2006, na categoria empresa individual pela Região Sul.

O resultado da premiação concedida pelo SEBRAE foi divulgado em 28 de março de 2007.

Formada em Pedagogia, Sheila Rigler tem talento e experiência de sobra. Desde quando começou a trabalhar em 1976, na Prefeitura de Curitiba, sempre atuou na área psicopedagógica. "Atuei na implantação de creches, em treinamento de pessoal e coordenei grupo da terceira idade. Deixei a Prefeitura em 1994 e decidi abrir meu próprio negócio e estou feliz da vida. Minha maior satisfação é quando os clientes vêm contar que estão namorando, quando vão casar e quando nascem os filhos."

Sheila Rigler é a proprietária da Agência Par Ideal, em Curitiba, que está se transformando em espécie de centro de pesquisa e análise de comportamento. Uma série de cientistas, psicólogos, nutricionistas e jornalistas buscam frequentemente o perfil dos clientes da agência para levantar estatísticas.

Em doze anos de existência, a empresa de Sheila ajudou a formar 1082 uniões, das quais houve apenas oito separações. Ao todo 70% dos clientes estão conhecendo pessoas e namorando. O sucesso do empreendimento foi perfilado na edição de novembro de 2006 da revista

Marie Claire, que a elegeu como uma das três principais agências de casamento do Brasil.

Com faturamento mensal entre R\$15.000,00 e R\$ 25.000,00, a Par Ideal existe desde 1995. O investimento inicial foi de R\$ 100.000,00.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 227/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica oficializado, como atividade cultural dos policiais civis do Paraná, o coral da Polícia Civil.

Art. 2º O coral da Polícia Civil ficará integrado como atividade cultural no âmbito da Escola de Polícia Civil do Paraná.

Art. 3º O Governo do Estado fica autorizado, dentro de suas possibilidades, a subvencionar as atividades do coral, através de repasses para a Escola Superior de Polícia, com recursos oriundos da rubrica orçamentária da Secretaria de Segurança Pública, em especial os recursos dedicados à formação e especialização de Recursos Humanos, Código Orçamentário nº 3907.06128192.114.

Parágrafo Único. Incluem-se nas subvenções despesas com aquisição e manutenção de equipamentos e instrumentos musicais, uniformização, viagens dos membros do coral, diárias e estadias, desde que para apresentações previamente autorizadas pelo Diretor da Escola Superior de Polícia Civil.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O coral da Polícia Civil do Paraná é uma atividade cultural de extrema importância para os servidores da Instituição, que já se destaca pela qualidade de suas apresentações e necessita de uma legalização para manter e expandir suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 228/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Estabelece o prazo de 90 (noventa) dias para que os veículos sinistrados nas rodovias do Paraná fiquem expostos nos Postos da Polícia Rodoviária Estadual.

Parágrafo Único. Depois desse prazo os veículos sinistrados que ficam expostos à margem da rodovia começam a deteriorar, poluindo o ambiente e colaborando para a proliferação do mosquito da dengue, deverão ser retirados.

Art. 2º O previsto no artigo 1º desta lei se aplica também aos Postos do DETRAN e CIRETRANs das Cidades do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná está vivendo um drama com o aparecimento da dengue em vários municípios, apesar dos cuidados que a população tem tomado. Desta forma, acreditamos que com esta lei estaremos evitando a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, causador da doença.

A dengue é uma doença infecciosa das regiões tropicais, de caráter exantemático ou seja, que forma tumores, em certos casos. Por isso deve-se ter todos os cuidados possíveis para se evitar o surgimento de uma epidemia. Além do mais, existe o problema da poluição ambiental e visual, que os veículos sinistrados tem proporcionado nos postos da Polícia Rodoviária Estadual, principalmente, aqueles que estão apodrecidos pela ferrugem.

Temos que cuidar para que não haja esse tipo de poluição, nestes tempos que se trata tanto da questão ambiental.

Quanto ao fato de que esses veículos acidentados podem chamar a atenção dos motoristas incautos, buscando evitar acidentes, o tempo que eles ficam expostos antes do prazo previsto nesta lei, servem como exemplo para os mesmos.

Assim, esperamos o apoio dos demais Pares desta Casa, para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 229/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da América de Baixo, América de Cima, Marumbi, Fartura e Pantanal - AMAMTANAL, com sede e foro na Cidade de Morretes/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da América de Baixo, América de Cima, Marumbi, Fartura e Pantanal - AMAMTANAL de Morretes, foi fundada em 24 de maio

de 2000, com CNPJ nº 03.860.458/0001-09, já foi reconhecida como Utilidade Pública Municipal, através da Lei nº 014/04, de 22 de março de 2004 e registrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Morretes/PR, no dia 17 de março de 2005.

É uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro naquela cidade, constituída por tempo indeterminado. Os seus estatutos encontram-se registrados no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos da Comarca de Morretes, sob o nº 1366, livro 3B.

Entre as suas finalidades, a Associação AMAMTANAL pretende reunir, incentivar e organizar os moradores associados para lutar em defesa de seus interesses coletivos e da entidade. Lutar pela reforma urbana como um todo, unindo esforços para conquistas populares de saúde, moradia, saneamento básico, água, luz, educação, entre outras infra-estruturas básicas e necessárias para o integral desenvolvimento humano, com preservação do meio ambiente.

Enfim, a Associação AMAMTANAL procura contribuir para o crescimento da comunidade como um todo, para que os moradores dos bairros que representa conquistem cada vez mais, melhores condições na qualidade de vida.

Tendo anexado o relatório de suas atividades durante o exercício de 2000 a 2006 e anexando a declaração de que os membros de sua diretoria não são remunerados, cumpre as exigências formais para a sua aprovação.

Por essas razões, conto com o apoio dos demais Pares para sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passa-se ao Horário das Lideranças.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do nobre Deputado Federal Eduardo Sciarra, representando o Paraná em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrada a presença do Deputado Eduardo Sciarra.

Horário das Lideranças:

Horário das Lideranças: PMDB; PSDB.
(Declinam).

PP: com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputada Luciana Rafagnin, Deputada Cida Borghetti, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Sr. Presidente, a matéria que está na imprensa de hoje - primeiramente lamentando o caos em que a saúde pública do Paraná continua mergulhada - quem assistiu o Canal 12 ontem a noite, TV Paranaense, filiada a Rede Globo, viu que na região de Cascavel quem tiver amor a vida tem que evitar sofrer acidente de trânsito. A televisão mostrou que aqui no Paraná, em que pese o Governo pregar que a saúde vai bem, nos hospitais de Cascavel a pessoa entra em estado de coma, a TV mostrou, e fica na ambulância três, quatro, cinco horas esperando e a TV mostrou, inclusive, um médico desesperado ligando para colegas e para outros hospitais na tentativa de salvar a vida de acidentados que estavam em estado de coma.

Então, é muito triste, Sr. Presidente, ver o relaxo, o descaso com o direito à vida que o nosso povo tem. Ontem a televisão mostrou o que está se passando nos hospitais públicos de Cascavel. Certamente no passar do tempo a televisão vai mostrar que o problema é o mesmo, nas mais diferentes regiões do Paraná. Quem não tem dinheiro, quem não pode pagar adiantado, muitas vezes acaba morrendo, e morrendo mesmo - não é só na teoria, não é ficção, não - morre por falta do maldito dinheiro, porque muitas vezes se a família não pagar adiantado na portaria do hospital para internar alguém que está à beira da morte, mas cuja vida pode ser salva, pela falta do dinheiro, a pessoa, mesmo estando em estado de coma, não é atendida. Fica pior que um animal.

Aliás, vemos por aí o animal muitas vezes tendo um tratamento até mais adequado que o ser humano. Tem boi, tem vaca, tem cavalo, cavalo Mangalarga, não entendo de raça de animais, mas tem animal que eles ficam orgulhosos de arrematar por dois, três, quatro, cinco milhões de reais.

Então, lamentavelmente, no nosso Brasil o animal - esta é a verdade - está valendo mais que o ser humano. É triste vermos o contraste dos milhões que se paga por alguma cabeça de boi, por algum tipo de cavalo, e de repente na TV, nosso nobre Deputado Romanelli, V. Exa. deve ter visto na televisão, coisa triste, chocante, as pessoas morrendo dentro da ambulância, em estado de coma, e não foram atendidas. A alegação é sempre a falta de vaga. Falta de vaga, que eu volto a repetir, para quem não tem o maldito dinheiro para pagar adiantado para poder ser internado.

Outro assunto, Sr. Presidente, é o que está na imprensa de hoje, o jornal Gazeta do Povo traz aqui no Paraná: INSS vai revisar 111.659 aposentadorias por invalidez. É aquela história, fala-se, há muito tempo, que o rombo na Previdência Social é de muitos e muitos bilhões de reais e de repente o Governo Federal, pasmem os senhores, quer consertar o Brasil, quer endireitar a Previdência Social, quer acabar com o déficit da Previdência Social mal administrada, em cima de quem? Em cima de um pobre coitado, infeliz que está inválido. Tem gente que não tem condições de sair de casa, está entretido em cima de uma cama, tem gente que não tem dinheiro para comprar uma cadeira de rodas, não tem

dinheiro para comprar remédio! Já foi aposentado por invalidez e agora vai ser humilhado na porta do INSS, vai ter que pousar, pernoitar na porta do INSS, entrar na fila que poderá levar muitos dias, porque não há estrutura para ser examinado por uma junta médica para ver se, de fato, está ou não inválido, se cabe ou não aquela aposentadoria!

Na pior das hipóteses, se o INSS está querendo revisar essas aposentadorias é porque o INSS desconfia da sua própria equipe de trabalho. De repente, se houve aposentadoria que não se justificava ser concedida por invalidez, a culpa, na minha opinião, é da irresponsabilidade de alguns maus funcionários da Previdência Social!

Não podemos generalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, querendo fazer com que haja uma revisão geral. São 111.000 aposentados que vão ter que entrar na fila! Isso é humilhante, Sr. Presidente! Eu quero aqui fazer um apelo à Previdência Social para que não humilhe nossos aposentados que já recebem uma aposentadoria, por invalidez, tão pequena que mal dá para comprar o remédio, que mal dá para o aposentado botar comida na panela de sua casa! De repente, por causa de R\$ 350,00 de uma aposentadoria por invalidez ele vai ter que ser humilhado nas portas do INSS para sofrer esta revisão que, na minha ótica, Srs. Deputados, é uma revisão injusta, desumana, anticristã, um verdadeiro atentado a quem está aí aposentado por invalidez e que merece mais respeito das autoridades!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário do Partido Democrata, Deputado Plauto.

Liderança do Partido Democrata: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna no dia de hoje é a preocupação com a Saúde na nossa cidade de Ponta Grossa. O Governo Federal, Estadual e Municipal têm suas obrigações. O que estamos vivendo na nossa cidade é com relação a um serviço ofertado pelo SUS que são exames de mamografia e ultra-som. Tudo isso está ofertado no Sistema Único de Saúde, e na nossa Cidade de Ponta Grossa quem presta esse serviço é a Clínica Imagem. Então, para vocês terem uma idéia, esta clínica ofertava por mês em torno de seiscentos exames e ela diminuiu a oferta de seiscentos para 250 exames de mamografia e também de ultra-som.

A realidade é que esta clínica vem tentando contratar médicos para que esses possam trabalhar e ofertar esses exames à Cidade de Ponta Grossa, à todas aquelas senhoras, às mulheres que ali procuram.

Venho aqui, no dia de hoje pedir e estou encaminhando um Requerimento também ao Secretário de Saúde do Paraná, para pedir que a Secretaria de Saúde busque, através de outro hospital da cidade, o credenciamento para que possa suprir este déficit de exames que a Clínica Imagem está fazendo. E faz com que todos aqueles que têm necessidade tenham dificuldades de resolver os seus problemas. E sabemos que o Hospital Vicentino da Cidade de Ponta Grossa é o hospital que tem a condição de oferecer esses exames. E no dia de hoje oficializo, aqui na tribuna desta Casa e ao mesmo tempo através de um requerimento que encaminho ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, para que veja uma nova alternativa para poder suprir este déficit de exames da Cidade de Ponta Grossa.

Era isso que queria registrar, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência quer agradecer a presença do Deputado Ermínio Rezende, do Ceará, que nos dá a gentileza da sua visita hoje e agradecemos a sua presença. Sinta-se em Casa, V. Exa. que representa a Assembléia Legislativa do Ceará, com certeza engrandece este Plenário com a sua visita.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (**Pela Ordem**)

Aproveitando a oportunidade, gostaríamos que ficasse registrado nos Anais desta Casa a presença do empresário, funcionário público também de Cascavel, André Leandro Sartori, que nos dá a honra da sua presença, aqui, hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Hoje é aniversário do nosso colega Nishimori e o Deputado Alexandre Curi também está de aniversário. Nossas homenagens! E o Deputado Alexandre Curi pede para convidar os colegas para o jantar de hoje a noite. Sou porta-voz do Alexandre Curi.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Parabéns aos nobres Deputados e vamos ao jantar.

Horário da Liderança do Governo. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de nesta Sessão poder comunicar a Casa a nota oficial que foi emitida pelo Governador Requião a

partir inclusive do pronunciamento do Líder do PMDB nesta Casa. Deputado Waldyr Pugliesi, sobre os fatos ocorridos com o rabino Henry Sobel. Passarei a ler, Sr. Presidente e Srs. Deputados:

(Lê:)

“Há muito tempo sei quem é Henry Sobel.

Ainda jovem, na década de 1970, ouvia contar como Henry Sobel salvou a vida de tantos brasileiros perseguidos pela ditadura militar, arriscando-se ao ajudá-los a deixar o País antes de serem presos pelos torturadores.

Não apenas ouvi, mas vi Henry Sobel desafiar a ditadura militar e recusar-se a sepultar Wladimir Herzog como suicida, atitude fundamental para denunciar o covarde e vil assassinato do jornalista.

E me emocionei, como tantos outros, ao ler ‘Brasil Nunca Mais’, este corajoso testemunho legado à história por Sobel, D. Paulo Evaristo Arns, o reverendo Jaime Wright e Ricardo Kotscho, sobre o que se fez.

Como sei quem é Henry Sobel, faço questão de solidarizar-me, neste momento difícil, com um homem que tanto fez pelo Brasil. Um homem que merece, nesse momento, o respeito e a solidariedade de cada brasileiro que se orgulha de viver numa democracia.

Como Governador do Paraná, eleito pelo povo numa eleição democrática, é com orgulho que digo que estou ao lado de Henry Sobel, a quem admiro e desejo uma breve e plena recuperação.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Paraná”

São essas as palavras de um Governador em relação ao episódio que fez com que todos nós, brasileiros e brasileiras que exercemos uma função pública, pudéssemos refletir a que está sujeita a fragilidade da condição humana, pelo menos nessa nossa passagem terrena. Por isso que fica aqui registrada nesta Casa a nota oficial do Governador do Paraná e pedindo que a mesma seja enviada à Federação Israelita do nosso Estado, para que todos possam, especialmente a comunidade israelita, tomar conhecimento da posição manifestada pelo Governador Roberto Requião.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança da Oposição.

(Declina)

Antes de passarmos aos projetos que necessitam de apoio, eu gostaria de conceder a palavra ao Deputado Hermínio Resende que está nos visitando, ele que é 3º Secretário da Assembléia Legislativa do Ceará e pediria que V. Exa. fizesse uma saudação aos nossos Deputados.

Visitante:

Deputado Hermínio Resende (Ceará)

O SR. HERMÍNIO RESENDE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Meu cordial boa tarde. É uma alegria e uma satisfação muito grande de estar aqui no Parlamento do Paraná para fazer esta visita e trazer a palavra do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Domingos Filho e dizer que a nossa Casa está à disposição do povo do Paraná. Eu que tenho um certo elo com Curitiba, pois tenho um filho estudando Medicina aqui no Paraná e sempre quando tenho uma oportunidade, venho a esta cidade, uma cidade que eu tanto gosto, de um povo carinhoso e afetivo. Então, para mim é uma honra e uma alegria muito grande essa oportunidade que o Sr. Presidente está me dando para usar a tribuna aqui no Paraná.

Muito obrigado e espero os nobres colegas lá em Fortaleza, numa oportunidade breve, se assim for possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nós é que agradecemos a sua visita e V. Exa. está em casa.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 070/07, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias de hoje (09/04/07) até quinta-feira (12/04/07) pelo motivo de estar convalescendo de uma cirurgia. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 060/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo a compra de equipamentos de UTI para o Hospital Nossa Senhora da Saúde, no Município de Santo Antonio da Platina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Memorando subscrito pela Mesa Executiva, informando aos Srs. Deputados que já foi constituída a Comissão Especial de revisão do Regimento Interno e que está aberto o prazo de vinte dias para a apresentação de emendas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 001/07, de autoria da Comissão Executiva, que altera a redação do inciso I, artigo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O inciso I do artigo 2º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

I - ordinárias, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro;”

Art. 2º O parágrafo 4º do artigo 2º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º ...

§ 4º Quando convocada extraordinariamente, a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação, vedado o pagamento a Deputados, a qualquer título, pela realização das Sessões Extraordinárias.”

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.04.07.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Parque Tingui, com sede e foro em Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Aliança, com sede e foro no Município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar Nossa Senhora da Esperança - Lar Esperança, com sede e foro no Município de Sarandi. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 113/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências.

O projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Estadual, que em seu artigo 53 diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;”

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98. Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 113/07

P A R E C E R :

Trata-se de proposição de iniciativa da nobre Deputada Cida Borghetti, que visa a política estadual de

incentivo a cultura de bambu, nos termos que especifica.

Primeiramente cumpre elogiar a brilhante iniciativa da colega Parlamentar em preocupar-se com o fornecimento de mais uma opção de cultivo aos nossos agricultores. Salienta-se que a cultura do bambu tem o condão de incrementar toda uma cadeia produtiva envolvendo desde os agricultores até os artesões e comerciantes dos artigos produzidos com esta matéria prima que, diga-se de passagem, além de belos, tem ampla aceitação comercial.

Por estas razões, esta Comissão se soma a justificativa que embasa o referido projeto da nobre Parlamentar e é de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 02.04.07.

(aa) PEDRO IVO - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Em discussão.

Em votação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Vamos voltar ao tema da nossa discussão, que é o encaminhamento sobre o Projeto de Lei nº 113/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Eu queria em primeiro lugar dizer que o projeto é um projeto inteligente, e visa de forma oblíqua, inserir a política estadual de incentivo à cultura do bambu, no âmbito do Estado do Paraná, no Orçamento anual para o exercício de 2007.

Bom, como nós sabemos, o programa deveria constar no Orçamento, desde que seja incluído no Plano Plurianual, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Sr. Presidente, acho que ninguém quer discutir na Casa o tema, porque olha, sinceramente, temos que nos organizar minimamente para discutir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Meu caro Líder do Governo, nós estamos aqui, pelo menos os oito assentados estão ouvindo V. Exa. com todo o prazer. Agora, nós não podemos ficar sendo chamados à atenção por V. Exa. Ou V. Exa. cita o nome que V. Exa. quer que sente do seu lado, ou preste atenção ao seu encaminhamento, senão nós vamos nos sentir constrangidos. Por essa razão, peço à V. Exa., a atenção dos Srs. Parlamentares que estão lhe ouvindo neste encaminhamento.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na verdade a posição do Deputado Valdir Rossoni, pelo contrário, eu não quero que V. Exa. se sinta constrangido, muito menos eu, com a sua questão de ordem, aqui. Mas, o fato é que está muito difícil encaminharmos nesses microfones de plenário, qualquer tema, por conta é claro, dos exageros que são cometidos aqui.

Queria dizer, Sr. Presidente, que o projeto da Deputada Cida Borghetti, propõe isenções fiscais que estão claramente contrárias. Em primeiro lugar a própria iniciativa, a possibilidade da iniciativa desta lei; por outro, as propostas têm que ser de benefício fiscal, só pode ser concedida após uma deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e, ao mesmo tempo fere, de forma muito expressa, o artigo 15 da Lei nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, por conta de que ele propõe a isenção através de bônus para o IPVA e para o Imposto de Transmissão de Bens *causa mortis*.

Então, Sr. Presidente, flagrantemente contraria a constitucionalidade, ou seja, a criação e expansão ao aperfeiçoamento de ação governamental. Estamos falando aqui de ação governamental que acarrete aumento da despesa, acompanhado de estimativa do impacto orçamentário financeiro, no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Vou passar depois à Deputada Cida Borghetti a íntegra do relatório. Mas, dizendo as V. Exas. que tiveram a gentileza de prestar atenção ao nosso encaminhamento, a matéria do Deputado Reni Pereira, é flagrantemente constitucional, embora ressalvada a iniciativa da Deputada Cida Borghetti. Eu proponho que ao rejeitarmos esse projeto de lei dela, seja transformado numa indicação legislativa, para que o Governo possa, de uma forma efetiva transformar, havendo a possibilidade de tramitar e ser possível dentro dos conceitos que ela trabalha, poder de fato fazer prosperar o incentivo à cultura do bambu.

Era isso, Sr. Presidente e peço à nossa Bancada a eventual rejeição da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Estamos neste momento discutindo a constitucionalidade, porque está em primeira discussão e recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

E a Deputada Cida Borghetti está informando que o próprio Deputado Cheida está passando algumas sugestões que serão incorporadas ao projeto para apresentação de emendas, inclusive em segunda discussão, que é o momento em que apreciaremos o veto.

Vamos apreciar a constitucionalidade.

Em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vai se proceder a verificação de votação.

Deputados favoráveis ao projeto queiram levantar-se.

Deputados que rejeitem o projeto queiram levantar-se: 15 (quinze) Deputados rejeitam.

Está **aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar aqui a presença do nosso Prefeito de Imbituva - Prefeito Celso Kubasqui; nossa Presidente da Câmara, Maria Helena e a Chefe de Gabinete, Mariana. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está devidamente registrado!

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Escola de Náutica e Marinharia de Guaratuba - ENAMAR, com sede e foro no Município de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/07, de 14/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 126/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública a Escola de Náutica e Marinharia de Guaratuba - ENAMAR, com sede e foro no Município de Guaratuba

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Biologia Molecular do Paraná - IBMP, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/07, de 14/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 128/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Biologia Molecular do Paraná - IBMP, com sede e foro no Município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/07, de autoria do Deputado Rui Hara, que declara de Utilidade Pública a Fraternidade Peregrino da Luz - FRAPEL, com sede e foro no Município de Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/07, de 15/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 132/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rui Hara, declara de Utilidade Pública Estadual a Fraternidade Peregrino da Luz - FRAPEL, com sede e foro no Município de Pinhais.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 739 e 740, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 744 a 747, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Em Discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 748, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 751, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria que fosse feita a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

(**Procede a leitura do requerimento**)

“Nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 189/07, que altera os dispositivos que especifica da Lei nº 14277 de 30/12/03 que cria a 2ª Vara da Comarca de Irati. Sala das Sessões, em 04.04.07”.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de ouvir o Líder do Governo. Talvez ele me convença e não haja necessidade de eu fazer o encaminhamento. Caso ele não encaminhe, eu vou encaminhar. O requerimento é de autoria do Líder do Governo?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Exatamente. V. Exa. vai atender o pedido do Deputado Rossoni?

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Vou encaminhar, atendendo o pedido dele. Sempre vou atender os pedidos do Deputado Valdir Rossoni.

São mensagens originárias do Poder Judiciário e que nesta Casa estão tramitando. Só que o Poder Judiciário reclama celeridade do tema. Então, especificamente, estamos pedindo regime de urgência para que elas possam ser votadas por esta Casa. É isto o que estamos pedindo. São mensagens do Poder Judiciário, não do Poder Executivo, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, minha preocupação é sobre os pedidos de regime de urgência e fiz este apelo ao Líder do Governo na CCJ, porque todos os projetos de origem do Poder Executivo - que não é o caso deste - há um pedido de regime de urgência. E aí atropela o processo, não há como discutir a questão em pauta.

Por esta razão, a partir deste momento eu vou pedir - inclusive pedir à assessoria - que me encaminhe todos os pedidos de regime de urgência, senão somos tomados de surpresa quando chegamos à CCJ e não temos tempo suficiente para discutir, por exemplo, o caso da Parana-Previdência que é de autoria do Deputado Romanelli, não temos o tempo necessário para discutir com a sociedade.

Por esta questão faço este encaminhamento, porque é uma preocupação das Oposições. Inclusive, fizemos o apelo ao Líder do Governo para que perca esta

síndrome de regime de urgência, porque a urgência é inimiga da perfeição. E nós temos que elaborar leis, aprovar projetos, mas que estejam dentro da realidade do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu já encaminhei a matéria, expliquei o que era a matéria, mas o Líder da Oposição insiste em misturar as coisas. Concretamente, temos trabalhado pontualmente na questão que envolve os pedidos de regime de urgência das matérias que, no entendimento da Liderança do Governo, são relevantes.

Eu creio que, efetivamente, o Deputado Valdir Rossoni tem que se aprofundar nos temas e discutí-los com a seriedade que eles merecem. Agora, há que se reconhecer, Sr. Presidente, como diz o nosso Presidente Nelson Justus, está no livrinho, está no nosso Regimento Interno. Tudo aquilo que for permitido pelo livrinho nós vamos fazer. E mais: esta Casa tem dado o exemplo pela produtividade que tem experimentado nesta Sessão Legislativa.

Então, penso que temos que continuar trabalhando. Existem muitas questões a serem resolvidas. E aquelas medidas protelatórias de nada adiantam, porque aqui vai se fazer valer, claro, a vontade da maioria dos Deputados, quanto a deliberar sobre determinado tema.

Então, entendo a posição do Deputado Valdir Rossoni, mas quero dizer que muito do que aprendi para exercer a Liderança do Governo, aprendi com ele quando era Líder da Oposição, e ele liderou o Governo, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. tivesse o mesmo procedimento com o Líder da Oposição. Ele pediu uma questão de ordem e fez um novo encaminhamento.

E eu quero dizer ao Deputado Romanelli, se V. Exa. assim permitir, que quando agi como Líder do Governo - e até tenho dito em várias reuniões das comissões nesta Casa, que procurem fazer uso dos meus procedimentos aonde eu não errei - aonde V. Exa. acha que eu errei, como Líder do Governo, não leve isso à frente, porque nós não podemos persistir no erro. Por esta razão, quero colaborar com V. Exa.

Mas, o que me preocupa, e aí é que V. Exa. talvez não tenha entendido, Deputado Romanelli, é que é claro que todos os projetos de lei oriundos do Executivo têm importância, porque senão não viria, não seria autoria do Executivo. Agora, o que me causa estranheza é que todos os projetos oriundos do Executivo, ao entrarem nesta Casa, serem lidos, entram em regime de urgência. Por essa razão, fiz um apelo ao Líder do Governo, para o bom entendimento e o procedimento legislativo. Talvez não tenha me feito compreender e convencer, mas espero que V. Exa. leve em consideração esse apelo que faço, em

nome da minoria desta Casa, para o bom procedimento legislativo.

O procedimento de regime de urgência atropela o processo. Quando há uma exceção num projeto até entendemos, mas quando se torna regra aí é que nós não entendemos. Por isso, eu apelo a V. Exa. que compreenda este Parlamentar porque estamos em busca da perfeição legislativa e a urgência que tem trazido os projetos do Executivo, tem feito com que muitos desses projetos não saiam como a sociedade paranaense deseja.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Embora saibamos que o regime de urgência está escrito no nosso Regimento, solicitamos ao Departamento Legislativo para que possa, sempre que há projeto em regime de urgência, fazer constar da pauta porque, muitas vezes, o projeto acaba não tendo esse registro na pauta e, obviamente, os Deputados não sabem que o Projeto está em regime de urgência.

Em votação o requerimento. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 752, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 738, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 741, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrar a Sessão, queria fazer um registro, a pedido do Deputado Nelson Justus, do falecimento do Dr. Eduardo Marques Dias, que foi Diretor-Geral da Secretaria de Indústria e Comércio e, também, Secretário de Estado. Faço esse registro a pedido do nosso Presidente Nelson Justus, razão pela qual ele não está aqui para presidir a Sessão no dia de hoje.

Informamos aos Srs. Deputados que já foi constituída a Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno e está aberto o prazo de vinte dias para apresentação de emendas. Isso é muito importante porque todos nós reclamamos do Regimento. Está aqui uma oportunidade para mudança do Regimento Interno. As emendas podem ser apresentadas diretamente à Comissão ou no protocolo geral da Assembléia.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quais são os Deputados que integram a Comissão Especial?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Durval Amaral, Deputado Caíto Quintana e Deputado Tadeu Veneri são os três Deputados que constituem a Comissão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

São sempre os mesmos, Sr. Presidente!

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, só pergunto o seguinte: quem foi que estabeleceu o prazo de vinte dias? O Regimento ou o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Presidente Nelson Justus.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu penso que vinte dias é um prazo muito curto para revisão de uma matéria que necessita ter um aprofundamento na discussão. Queria que V. Exa., no exercício da Presidência da Sessão, pudesse de fato deixar esse prazo mais elástico.

Vem aquela questão, inclusive, que foi bem posta pelo Deputado Valdir Rossoni, porque nem tudo, obviamente, que ele fala eu divirjo, aliás, concordo na grande maioria. Mas veja, esse é um exemplo de que não temos que ter urgência para poder fazer uma revisão do nosso Regimento.

Sabemos que o nosso Regimento está defasado, Sr. Presidente. Com a instalação da TV Legislativa, uma das questões que teremos que mudar vai ser o nosso Regimento, que vai ter que se adequar a uma outra dinâmica, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. que é um especialista em comunicação sabe disso. Então, concretamente, temos que ter um prazo mais elástico para não fazer um remendo e sim fazer de fato um Regimento que, daqui a muitos anos, possamos nos orgulhar dele e dizer: “olha, fizemos uma belíssima reforma do nosso Regimento!”

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede a questão de ordem de V. Exa. e, obviamente, vinte dias foi o prazo estabelecido pelo Presidente, mas pode ser prorrogado. Creio até que, com entendimento do Sr. Presidente, pode ser prorrogado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, na minha opinião, a questão do Líder do Governo procede. Tenho a presença do 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, nós precisamos saber como vai ser a programação da TV Legislativa, da TV da Assembléia, para adaptar o nosso Regimento.

Primeiro, temos que saber como será essa programação: quantas horas a televisão vai funcionar; de que forma ela vai funcionar; o que ela vai transmitir. Em cima disso, podemos contribuir com o Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Muito bem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 048/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 058/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 113, 126, 128 e 132/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 141, 156 e 161/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:***Comissão Executiva******Atos***

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 849/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2082/07, de 15 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a DANUTA SABAI, matrícula nº 40.024, ocupante do cargo de Consultor Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, lotada na Coordenadoria da Ata, abono de permanência no valor equivalente a sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 23 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 851/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1173/07, de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a EDGAR SANTOS BUQUERA matrícula nº 485, ocupante do cargo de Consultor Legislativo “A” nível NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral***Portarias***

PORTARIA Nº 046/07

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2230, datado de 20 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição da Diretoria de Serviços Especiais, o servidor deste Poder Legislativo, NERY HUMBERTO SGUAREZI, matrícula nº 40502, para prestar serviços junto a esta Diretoria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 050/07

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2082/07, datado de 15 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar, na ficha funcional de DANUTA SABAI, matrícula nº 40024, ocupante do cargo de Consultor Administrativo NUD-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, admitida em 10/07/1979, lotada na Coordenadoria da Ata, o tempo de contribuição de 07 (sete) anos e 07 (sete) meses, conforme Certidão de Tempo de Contribuição fornecida pelo INSS em anexo, já descontado o tempo em paralelo, do parágrafo 9º do artigo 201 da Constituição Federal e parágrafo 9º do artigo 35 da Constituição Estadual. Os períodos de tempo constantes na Certidão do INSS, são: de 01.03.71 a 31.12.71 trabalhados na Prefeitura Municipal de Cruz Machado; de 11.05.74 a 31.03.76 nos Irmãos Giacomassi Cia. Ltda; de 10.05.76 a 11.06.79 na Orbran Organizações e Brambilla Ltda; de 10.07.79 a 20.12.92 na Assembleia Legislativa do Paraná; de 15.02.72 a 31.12.92 na Prefeitura Municipal de Cruz

Machado; e de 12.02.73 a 31.12.73 na Prefeitura Municipal de Cruz Machado.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.04.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 053/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 924, datado de 08 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a servidora deste Poder Legislativo, MARLI DE VARGAS, matrícula nº 40745, para prestar serviços junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, até a data de 31.12.07, sendo com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.04.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 054/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2270, datado de 20 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, DIRLEI THEREZINHA SPAGNOL DE MOURA, matrícula nº 41059, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 20 de março de 2007, CID.10 - S93.4 F.43.2 T80.2.I83.9 + I05.9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.04.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 014/07, 071/07 e 079/07. E o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 023/07, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar,

o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 063/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Agricultura

ATA DA REUNIÃO DA

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Aos dois dias do mês de abril, do ano de dois mil e sete, às treze horas e trinta minutos, reuniu-se na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Paraná, os Srs. Deputados membros da Comissão de Agricultura, tendo como pauta as discussões do Projeto de Lei nº 76/07, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi; Projeto de Lei nº 114/07, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi; Projeto de Lei nº 113/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti e o Projeto de Lei nº 115/07, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira. Foram designados, através de ordem alfabética de forma seqüencial os Deputados Artagão Júnior, Projeto de Lei nº 113/07; Cleiton Kielse, Projeto de Lei nº 114/07; Duílio Genari, Projeto de Lei nº 115/07 e Ribas Carli Filho, Projeto de Lei nº 76/07, sendo que todos os projetos receberam pareceres favoráveis dos relatores e membros da Comissão. Foi lido o ofício da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recursos ao IAPAR, bem como ficou designada toda segunda-feira, às treze horas e trinta minutos a reunião da Comissão de Agricultura. Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por encerrada.

(a) PEDRO IVO - Presidente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Havendo número legal, o Sr. Presidente agradece os Deputados pela confiança e declara aberta a presente reunião, marcada para que juntos elaborarem um plano de trabalho e atuação, e transcrita conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a todos os presentes, dando por encerrada a presente reunião, que para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente; demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

